



«PAPEL-MOEDA»

As casas fabricantes de papel-moeda contratadas pelo BNU

O Banco de Portugal sempre teve na sua organização um serviço de estampanaria, que concebeu e fabricou várias das notas e das cédulas que emitiu no decorrer da sua existência como banco emissor para o território de Portugal continental e ilhas adjacentes. Pelo contrário, o banco emissor para as então colónias portuguesas, o Banco Nacional Ultramarino (BNU) sempre optou por contratar essa empreitada a empresas externas especializadas nesse serviço.

Por determinação da Carta de Lei de 16 de Maio de 1864, que fundou o BNU, Angola teve de ser a primeira ex-colónia onde instalar uma agência ultramarina. Como banco emissor, foi também nesta que foram colocadas a circular as primeiras notas. Com base nesta premissa, o BNU estabeleceu contactos com casas fabricantes londrinas – na altura entre as mais especializadas para o fabrico de notas bancárias – para se encarregarem do processo de conceção e produção das notas.

A primeira emissão de notas do BNU para Angola teve como nome, ‘Emissão Typo Succursal de Loanda’. Foi colocada a circular nessa ex-colónia no ano de 1865. Adicionalmente, esta emissão também circulou em Moçambique e em S. Tomé e Príncipe com carimbo apostado, de modo a poder ter curso local. O fabrico das notas desta emissão foi contratado à casa fabricante londrina de papel-moeda, Chambers & Sons, Ltd.. Esta empresa entretanto encerrou portas.

As notas que se seguiram foram as sucessivas ‘emissões Antigas’, que circularam em Angola e Moçambique entre 1876 e 1890. Estas notas foram também encomendadas a uma casa fabricante londrina especializada em papel-moeda, mas também em selos postais. Tinha por nome Nissen & Arnold Ltd. e também faliu posteriormente.

Uma nova versão para as várias denominações da ‘emissão Antiga’ surgiu a partir de 1897. Estas passaram a ter motivos decorativos exclusivamente africanos e da mitologia clássica. Foram emitidas até 1906 e circularam nas restantes ex-colónias africanas exceto na Guiné-Bissau. Estas diferenças na aparência das notas constatam-se por ter sido contratada uma nova empresa fabricante, a primeira portuguesa: a Casa da Moeda de Lisboa. Esta é uma empresa fabril do Estado português, que ainda se encontra em funcionamento na sua função de cunhagem de moeda metálica. Foi fundada em finais do século XIII, no reinado de



D. Diniz. Após ter ocupado diferentes edifícios na cidade de Lisboa, em 12 de setembro de 1720 mudou as suas instalações para a Rua de S. Paulo, para poder albergar máquinas mais avançadas, em conformidade com as exigências técnicas de então. Aí permaneceu até 1941, quando mudou para as atuais instalações na Avenida António José de Almeida. Em 1972, fundiu-se com a Imprensa Nacional, adotando a designação de Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Em relação aos contratos estabelecidos para o fornecimento de papel-moeda, a Casa da Moeda de Lisboa ainda produziu as seguintes emissões para o BNU Macau: Ruínas da Catedral de S. Paulo de 1973 e 79; Agente do Instituto Emissor de Macau de 1981 e 84; Agente do Território de 1990 e 92; Partilhada de 1996.

Precisamente para a ex-colónia de Macau, a primeira emissão lançada pelo BNU foi a 'Antiga-Simples'. Esta foi produzida em 1905 por outra casa fabricante inglesa: a Barclay & Fry Ltd.. Esta companhia foi fundada em Londres no ano de 1799 e especializava-se na impressão de papel-moeda e papéis de valor. Terminou a sua atividade em 1921, quando se fundiu com outras empresas para formar a Metal Box and Printing Industries Ltd..

A seguir à 'emissão Antiga' da Casa da Moeda (atrás mencionada), o BNU lançou a 'emissão Antiga' de 1906 para a Índia Portuguesa. Para além disso, lançou a 'emissão Vasco da Gama' de 1909 para todas as ex-colónias africanas. Estas duas emissões marcaram o início da parceria com a casa fabricante londrina da Bradbury, Wilkinson & Co. Ltd. (BWCO).

Esta companhia foi a que mais encomendas executou para o BNU, sendo a sua presença quase absoluta e somente a casa concorrente, Thomas de la Rue & Co. Ltd. (DLR) – também inglesa – conseguiu retirar-lhe alguns contratos, quebrando desta forma a hegemonia da primeira nas emissões do BNU. Não obstante os serviços afetos à circulação fiduciária do BNU recorrerem por vezes à DLR para, precisamente, impedir essa eventual relação de monopólio da parte da BWCO para com o banco e, desta maneira, manterem uma percepção de constante concorrência na adjudicação dos contratos. A BWCO foi, por números muito elevados [43 emissões], a que esteve presente com as suas emissões em todas as ex-colónias onde o BNU tinha o privilégio emissor. A DLR também teve essa abrangência geográfica (falhando somente Cabo Verde) mas também com um número considerável de emissões adjudicadas [13 emissões].

Outra casa fabricante londrina que também teve uma relativa presença nos concursos do BNU foi a Waterlow & Sons Ltd. (W&S). No entanto, apesar de ser constante nos processos de contratação, à W&S somente lhe foram adjudicadas as 'emissões Pagode' de 1945,



'Brum da Silveira' de 1952 para Macau e a 'emissão Habitações Indígenas' de 1945 para o Timor Português.

Estas três casas fabricantes, para além de terem sido as que mais concorreram e produziram emissões do BNU, o desenlace das histórias das suas instituições terminaram na mesma empresa onde foram integradas.

As três companhias nasceram como empresas familiares tendo à cabeça a figura do patriarca que as fundou e lhes deu o nome. Os seus fundadores foram indivíduos ligados à indústria tipográfica que, com a revolução industrial, estava a florescer no Reino Unido nesse primeiro tricénio do século XIX – que foi quando surgiram estas três companhias. Assim, a W&S foi estabelecida em 1810, a DLR em 1821 e a BWCO em 1824.

Também em comum tiveram a atividade comercial a que se dedicaram: a produção de notas bancárias, de selos postais e fiscais, e a impressão de documentos de segurança. O aumento das suas operações implicou, no decorrer da sua evolução, à mudança frequente das suas sedes sociais e ao aumento dos seus estabelecimentos fabris.

No campo da internacionalização das suas funções, a BWCO foi claramente a que mais se destacou ao conseguir, no início do século XX, uma importante quota de mercado na gravação de notas bancárias, principalmente nos países da América do Sul mas também em alguns países europeus.

Neste capítulo, existiu o caso particular da W&S que foi personagem interveniente no caso da "burla de Alves dos Reis". Este escândalo, que assolou a sociedade portuguesa no ano de 1925, implicou a falsificação de notas do Banco de Portugal, que haviam sido produzidas precisamente pela W&S. Esta burla quando foi descoberta e desmantelada afetou o prestígio das instituições financeiras intervenientes, a que a casa fabricante W&S não conseguiu ficar alheia tendo, inclusive, sido condenada a pagar uma pesada indemnização ao Banco de Portugal.

A DLR, que a partir da década de 1960, adotou o estatuto de conglomerado, expandiu a sua área de negócios no dobrar desse século. No prosseguimento dessa lógica empresarial, a DLR adquiriu a Waterlow & Sons Ltd. em 1961 e a Bradbury, Wilkinson & Co. Ltd. em 1986. Atualmente, a De La Rue plc. (nova designação social) é das maiores empresas mundiais no fabrico de papel-moeda, produzindo cerca de 150 moedas nacionais.

Apesar da maioria das empresas contratadas pelo BNU terem sido inglesas, este também requisitou o serviço de empresas portuguesas.



Para além da Casa da Moeda (atrás mencionada), contratou a Litografia Nacional Lda. e a Typografia do Anuario Commercial. Ambas as empresas, atualmente, não existem.

A primeira era uma produtora de litografias sediada na cidade do Porto. Produziu para o BNU as 'emissões Porto' e 'Cédulas de 1920'. Estas circularam nas ex-colónias africanas e no então Timor Português.

A segunda era uma companhia gráfica portuguesa, fundada em Lisboa e pertencente ao Anuario Commercial. O BNU contratou-lhe a 'emissão Cédulas de 1918', que circulou em Angola e em S. Tomé e Príncipe.

Na contratação de empresas para a produção de papel-moeda existiu também o carácter localizado e por vezes isolado de algumas colónias. Por exemplo, o caso da 'emissão Local' de cédulas de 1941. Esta teve de ser emitida pela filial do BNU Moçambique em Lourenço Marques (actual Maputo) para lidar com a carência de meios de troca nesse período da II Guerra Mundial e que dificultava as comunicações navais da então colónia na África oriental com Portugal. Essa carência obrigou a que o BNU tivesse de emitir uma série de cédulas cuja produção foi contratada a uma empresa local, a Imprensa Nacional de Moçambique.

Esta dificuldade também se verificou em Macau, que se encontrava isolada pelas forças armadas japonesas durante aquele conflito. Com a mesma necessidade de meios de troca que começavam a rarear, o BNU Macau também teve de recorrer a duas companhias locais para a gravação das notas e das cédulas de que precisava. Assim, recorreram à Hong Kong Printing Press para a produção de cédulas que circularam na ex-colónia entre 1920 e 1946.

A inexistência de denominações para valores faciais mais elevados, obrigou a que o BNU Macau solicitasse também a gravação de notas. Tal deu origem à emissão particular dos 'Certificados de 1944', que foram produzidos sob condições adversas na Litografia Sin Chon & Cia., que na cidade de Macau produzia litografias.

Esta resenha demonstra e atestas as interligações díspares e internacionais que os serviços do BNU efetuaram no sentido de prossecução da sua função fiduciária para as ex-colónias portuguesas. Na documentação existente no arquivo histórico do BNU está patente o evoluir histórico nos métodos de comunicação que o banco teve com as casas fabricantes, associado às várias mudanças nos processos de conceção das notas, que ajudam a explicar esta importante divisão do negócio bancário do BNU.

Nuno Fernandes de Carvalho

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos



Junho de 2013



Galeria de imagens



1. Nota produzida pela Chambers & Sons, Ltd. (1868)



2. Nota produzida pela Nissen & Arnold Ltd. (1877)



3. Nota produzida pela Casa da Moeda de Lisboa (1906)



4. Nota produzida pela Barclay & Fry Ltd. (1905)



5. Nota produzida pela Bradbury, Wilkinson & Co. Ltd. (1909)



6. Nota produzida pela Thomas de la Rue & Co. Ltd. (1921)



7. Nota produzida pela Waterlow & Sons Ltd. (1945)



8. Cédula produzida pela Litografia Nacional Lda. (1920)



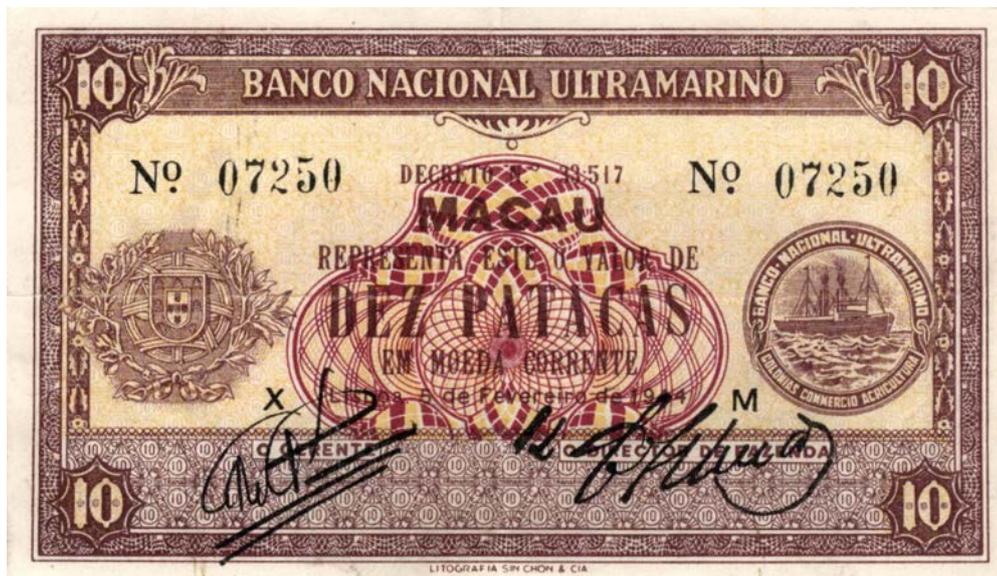
9. Cédula produzida pela Typografia do Anuario Commercial (1918)



10. Cédula produzida pela Imprensa Nacional de Moçambique (1941)



11. Cédula produzida pela Hong Kong Printing Press (1946)



12. Certificado produzido pela Litografia Sin Chon & Cia. (1944)